- Criança e criminalidade no início do século,
Marco Antonio Cabral dos Santos, 210
- Brincando na história, *Raquel Zumbano Altman*, 231
- Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo,
Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura, 259
- Meninas perdidas, *Martha Abreu*, 289
- Memórias da infância na Amazônia, *Aldrin Moura de Figueiredo*, 317
- Crianças carentes e políticas públicas, *Edson Passetti*, 347
- Pequenos trabalhadores do Brasil, *Irma Rizzini*, 376
- Crianças e adolescentes nos canais de Pernambuco,
Ana Dourado, Christine Dabat e Teresa Corrêa de Araújo, 407
- Os autores, 437

Referências bibliográficas das imagens, 441

Agradecimentos, 445

APRESENTAÇÃO

As crianças brasileiras estão em toda parte. Nas ruas, à saída das escolas, nas praças, nas praias. Sabemos que seu destino é variado. Há aquelas que estudam, as que trabalham, as que cheiram cola, as que brincam, as que roubam. Há aquelas que são amadas e outras, simplesmente usadas. Seus rostinhos mulatos, brancos, negros, mestiços desfilam na televisão, nos anúncios da mídia, nos rótulos dos mais variados gêneros de consumo. Não é à-toa que o comércio e a indústria de produtos infantis vêm aumentando progressivamente sua participação na economia, assim como a educação primária tanto quanto o combate à mortalidade infantil são permanentes temas da política nacional. O bem-estar e o aprimoramento das relações entre pais e filhos são assuntos constantes de psicólogos, sociólogos, psicanalistas, enfim, de especialistas que além de estarem produzindo uma contribuição inédita para a melhor inserção da criança na sociedade do ano 2000, reproduzem seus conhecimentos em revistas e teses, propondo uma nova ética para a infância.

No mundo atual, essas mesmas crianças passaram de reis a ditadores. Muitas de suas atitudes nos parecem incompreensíveis. Quase hostis. Uma angústia sincera transborda das interrogações que muitos de nós se faz sobre o que seja a infância ou a adolescência. É como se as tradicionais cadeias de socialização tivessem, hoje, se rompido.

Socialização na qual os laços de obediência, de respeito e de dependência do mundo adulto acabaram sendo trocados por uma barulhenta autonomia. Influência da televisão? Falta de autoridade dos pais? Pobreza e exclusão social de uma imensa parcela de brasileiros? Mais. E se tudo isso secretasse, nas margens da sociedade, uma brutal delinquência juvenil, ou, se gerasse um profundo mal-estar feito de incompreensão e brigas mesmo entre as famílias mais equilibradas nas quais a presença dos pais e o excesso de amor substituem a educação?

Ora essa quase onipresença infantil nos obriga, pois, a algumas questões. Terá sido sempre assim? O lugar da criança na sociedade brasileira terá sido sempre o mesmo? Como terá ela passado do anonimato para a condição de cidadão com direitos e deveres aparentemente reconhecidos? Numa sociedade desigual e vinculada por transformações culturais, teremos, ao longo dos tempos, recepcionado nossas crianças da mesma forma? Sempre choramos, do mesmo jeito, a sua perda? Que marcas trazem as crianças de hoje, diferentes daquelas que se antecederam no passado? Mas há, também, questões mais contundentes tais como: por que somos insensíveis às crianças que mendigam nos sinais? Por que as altas taxas de mortalidade infantil, agora, começando a decrescer, pouco nos interessam? Essas respostas, entre tantas outras, só a história pode dar. Não será a primeira vez que o saudável exercício de "olhar para trás" irá ajudar a iluminar os caminhos que agora percorremos, entendendo melhor o porque de certas escolhas feitas por nossa sociedade.

Para começar, a história sobre a criança feita no Brasil, assim como no resto do mundo, vem mostrando que existe uma enorme distância entre o mundo infantil descrito pelas organizações internacionais, pelas não-governamentais ou pelas autoridades, e aquele no qual a criança encontra-se cotidianamente imersa. O mundo do qual a "criança deveria ser" ou "ter" é diferente daquele onde ela vive, ou no mais das vezes sobrevive. O primeiro é feito de expressões como "a criança precisa", "ela deve", "seria oportuno que", "vamos nos engajar em que" etc. até o irônico "vamos torcer para". No segundo, as crianças são enfaticamente orientadas para o trabalho, o ensino, o adestramento físico e moral, sobrando-lhes pouco tempo para a imagem que normalmente se lhe está associada: aquela do riso e da brincadeira.

No primeiro, habita a imagem ideal da criança feliz, carregando todos os artefatos possíveis capazes de identificá-la, numa sociedade

de consumo: brinquedos eletrônicos e passagem para a Disneylândia. No segundo, o real, vemos acumular-se informações sobre a barbárie constantemente perpetrada contra a criança, materializadas nos números sobre o trabalho infantil, naqueles sobre a exploração sexual de crianças de ambos os sexos, no uso imundo que faz o tráfico de drogas de menores carentes, entre outros. Privilégio do Brasil? Não! Na Colômbia, os pequenos trabalham em minas de carvão; na Índia, são vendidos aos cinco ou seis anos para a indústria de tecelagem. Na Tailândia, cerca de duzentos mil são roubados anualmente das suas famílias e servem à clientela doentia dos pedófilos. Na Inglaterra, os subúrbios miseráveis de Liverpool, produzem os *baby killers*, crianças que matam crianças. Na África, 40% das crianças, entre sete e 14 anos trabalham. Esses mundos opostos se contrapõem em imagens radicais de sociedade *versus* exploração. Como se não bastasse, as mudanças pelas quais passa o mundo real fazem delas também suas tenras vítimas: a crescente fragilização dos laços conjugais, a explosão urbana com todos os problemas decorrentes de viver em grandes cidades, a globalização cultural, a crise do ensino ante aos avanços cibernéticos, tudo isso tem modificado, de forma radical, as relações entre pais e filhos, entre crianças e adultos.

Pensar tais questões, assim como seus antecedentes históricos, vem sendo uma preocupação geral, para especialistas ou não. O estudo das representações ou das práticas infantis é considerado tão importante, que a historiografia internacional já acumulou consideráveis informações sobre a criança e seu passado. Na Europa, por exemplo, há trinta anos a demografia histórica ajudava a detectar a expectativa de vida, o papel da criança nas estruturas familiares, os números do abandono infantil ou da concepção. Em 1948, o pioneiro francês Philippe Ariés lançava os primeiros estudos sobre a questão. O seu *História das populações francesas e de suas atitudes face à vida desde o século XVIII* trazia, então, um capítulo completo sobre a criança e a família. A seguir, o clássico *A criança e a família no Antigo Regime*, datado de 1960, apresentava duas teses que revolucionariam o tema: a escolarização, iniciada, na Europa, no século XVI, levada a cabo por educadores e padres, católicos e protestantes, provocou uma metamorfose na formação moral e espiritual da criança, em oposição a educação medieval feita apenas pelo aprendizado de técnicas e saberes tradicionais, no mais das vezes, ensinado pelos adultos da comunidade. A Idade Moderna passa a preparar, nas esco-

las, o futuro adulto. Ou seja, a criança, esse potencial motor da História, é vista como o adulto em gestação. Concomitante à essa mudança, a família sofria, ela também, uma profunda transformação com a emergência da vida privada e uma grande valorização do foro íntimo. A chegada destas duas novidades teria acelerado, no entender de Ariés, a supervalorização da criança. Apesar de todas as críticas que essas teses receberam, sobretudo quanto à percepção de um certo "evolucionismo" na condição histórica da criança — essa, na Idade Média, não significaria muito para seus pais, passando a condição de "reizinho do lar" com a evolução da sociedade burguesa —, as teses de Ariés instigam o historiador brasileiro a procurar suas próprias respostas. E por quê?

Pois em primeiro lugar, entre nós, tanto a escolarização quanto a emergência da vida privada chegaram com grande atraso. Comparado aos países ocidentais, onde o capitalismo instalou-se no alvorecer da Idade Moderna, o Brasil, país pobre, apoiado inicialmente no antigo sistema colonial e posteriormente numa tardia industrialização, deixou sobrar pouco espaço para tais questões. Sem a presença de um sistema econômico que exigisse a adequação física e mental dos indivíduos a uma nova forma de trabalho, os instrumentos que permitiriam tal adaptação não foram implementados com a mesma eficácia.

Desde o início da colonização, as escolas jesuítas eram poucas e, sobretudo, para poucos. O ensino público só foi instalado, e ainda assim de forma precária, durante o governo do marquês de Pombal, na segunda metade do século xviii. No século xix, a alternativa para os filhos dos pobres não seria a educação, mas a sua transformação em cidadãos úteis e produtivos na lavoura, enquanto os filhos de uma pequena elite eram ensinados por professores particulares. No final do século xx, o trabalho infantil continua sendo visto pelas camadas subalternas como "a melhor escola". "O trabalho [explica uma mãe pobre] é uma distração para a criança. Se não estiverem trabalhando, vão inventar moda, fazer o que não presta. A criança deve trabalhar cedo". E pior, hoje, afogados pelo trabalho, quase 60% desses pequenos trabalhadores, no Nordeste, são analfabetos e entre eles a taxa de evasão escolar atinge 24%; no Sul do país o cenário não é muito diferente. Trabalhando em lavouras domésticas ou na monocultura, as crianças interrompem seus estudos na época da colheita, demonstrando que estar inscrito numa escola primária, não significa poder frequentá-la plenamente. Assim, o trabalho, como forma de comple-

mentação salarial para famílias pobres ou miseráveis, sempre foi priorizado em detrimento da formação escolar.

Quanto a evolução da intimidade, sabemos o quanto ela sempre foi precária entre nós. Os lares monoparentais, a mestiçagem, a pobreza material e arquitetônica que traduzia-se em espaços onde misturavam-se indistintamente crianças e adultos de todas as condições, a presença de escravos, a forte migração interna capaz de alterar os equilíbrios familiares, a proliferação de cortiços, no século xix e de favelas, no século xx, são fatores que alteravam a noção que se pudesse ter no Brasil, até bem recentemente, de privacidade tal como ela foi concebida pela Europa urbana, burguesa e iluminista.

Não poderíamos tampouco incorporar as teses de um epígono americano de Ariés, Lloyd de Mause, para quem a história dos pequenos seria apenas um catálogo de barbáries, maus-tratos e horrores. No que diz respeito à história do Brasil, encontramos, de fato, passagens de terrível sofrimento e violência. Mas não só. Os relatos de naufrágios da Carreira das Índias retratam dolorosas separações entre pais e filhos. Os testamentos feitos por jovens mães no século xvii não escondem a preocupação com o destino de seus "filhinhos do coração". Os viajantes estrangeiros não cessaram de descrever o demasido zelo com que, numa sociedade pobre e escravista, os adultos tratavam as crianças. As cartas desesperadas de mães, mesmo as escravas analfabetas, tentando impedir que seus rebentos partissem para a Guerra do Paraguai sublinham a dependência e os sentimentos que estabeleciam-se entre umas e outros. Nos dias de hoje, educadores e psicólogos perguntam-se, atônitos, de onde vem o excesso de mimos e a "falta de limites" da criança brasileira já definida, segundo os resmungos de um europeu de passagem pelo Brasil em 1886, como "pior do que um mosquito hostil".

Assim, a historiografia internacional pode servir de inspiração, mas não de bússola.

As lições devem começar em casa: mestre Gilberto Freyre, em 1921, manifestava seu desejo de

escrever uma história do menino — da sua vida, dos seus brinquedos, dos seus vícios — brasileiro, desde os tempos coloniais até hoje. Já comecei a tomar notas na biblioteca de Oliveira Lima [anotava ele], nos cronistas coloniais, nos viajantes, nas cartas dos jesuítas. Sobre meninos de engenho, meninos do interior, da cidade. Os irmãos dos colégios dos jesuítas. Os alunos dos padres. Os meninos mestiços. De crias da casa-grande. De afilhados de

senhores de engenhos, de vigários, de homens ricos, educados como se fossem filhos por esses senhores. É um grande assunto. E creio que só por uma história deste tipo – história sociológica, psicológica, antropológica e não cronológica – será possível chegar-se a uma idéia sobre a personalidade do brasileiro. É o menino que revela o homem.

Ora, os historiadores brasileiros têm que partir de constatações bem concretas, tiradas, na maior parte das vezes, das fontes documentais com as quais trabalham e da sua observação crítica da realidade para contar sua própria história.

A primeira dessas constatações aponta para uma sociedade certamente injusta na distribuição de suas riquezas, avara no que diz respeito ao acesso à educação para todos, vincada pelas marcas do escravismo. Como fazer uma criança obedecer a um adulto, como queria a professora alemã que vai, na segunda metade do século XIX, às fazendas do vale do Paraíba, ensinar os filhos dos fazendeiros de café, quando esses distribuem ordens e gritos entre os seus escravos? E não são apenas as crianças brancas que possuem escravos. As mulatas ou negras forras, e seus pais que, integrados ao movimento de mobilidade social ocorrido em Minas Gerais, na primeira metade do século XVIII, tiveram eles também seus escravos. Muitas vezes, seus próprios parentes ou até meios irmãos! Na sociedade escravista, ao contrário do que supunha a professora alemã, a criança mandava e o adulto escravo obedecia.

A dicotomia dessa sociedade, dividida entre senhores e escravos, gerou outras impressionantes distorções, até hoje presentes. Tome-mos o tão discutido exemplo do trabalho infantil. Dos escravos desembarcados no mercado do Valongo, no Rio de Janeiro do início do século XIX, 4% eram crianças. Destas, apenas um terço sobrevivia até os dez anos. A partir dos quatro anos, muitas delas já trabalhavam com os pais ou sozinhas, pois perder-se de seus genitores era coisa comum. Aos 12 anos, o valor de mercado das crianças já estava concluído e nas listas dos inventários já aparecem com sua designação estabelecida: Chico "roça", João "pastor", Ana "mucama", transformados em pequenas e precoces máquinas de trabalho.

Quando da abolição da escravatura, as crianças e adolescentes moradores de antigas senzalas, continuaram a trabalhar nas fazendas de cana de Pernambuco. Tinham a mesma idade de seus avós, quando esses começaram: entre sete e 14 anos e até hoje, ainda cortando

cana, continuam despossuídas das condições básicas de alimentação, moradia, saúde, educação e garantias trabalhistas. Como no passado, o trabalho doméstico entre as meninas também é constante, constituindo-se num "outro" turno, suplementar ao que se realiza no campo. Como se não bastasse a ação de fatores econômicos a interferir na situação da criança, a ausência de uma política do Estado voltada para a formação escolar da criança pobre e desvalida só acentuou seu miserabilismo. Ora, ao longo de todo esse período, a República seguiu empurrando a criança para fora da escola, na direção do trabalho na lavoura, alegando que ela era "o melhor migrante".

No início do século, com a explosão do crescimento urbano em cidades como São Paulo, esses jovens, detritos do que fora o fim do escravismo, encheram as ruas. Passaram a ser denominados "vagabundos". Novidade? Mais uma vez, não. A história do Brasil, como vamos mostrar, tem fenômenos de longa duração. Os primeiros "vagabundos" conhecidos eram recrutados pelos portos de Portugal, para trabalhar como intermediários entre os jesuítas e as crianças indígenas, ou como grumetes nas embarcações que cruzavam o Atlântico. No século XVIII, terminada a euforia da mineração, crianças vindas de lares mantidos por mulheres livres e forras perambulavam pelas ruas, vivendo de expedientes muitas vezes excusos — os nossos atuais "bicos" — e de esmolas. As primeiras estatísticas criminais elaboradas em 1900 já revelam que esses filhos da rua, então chamados de "pivettes", eram responsáveis por furtos, gatunagem, vadiagem e ferimentos, tendo na malícia e na perreiteza as principais armas de sobrevivência. Hoje, quando interrogados pelo serviço social do Estado, dizem com suas palavras o que já sabemos desde o início do século: a rua é um meio de vida!

A entrada maciça de imigrantes, capazes de alavancar a incipiente industrialização, ao final do século XIX, trouxe consigo a imagem de crianças no trabalho fabril. Mais uma vez, empurrados pela miséria, desprovidos do apoio de um Estado que deveria estar empenhado em educá-los e não, simplesmente em fazê-los substituir, pelo custo mais baixo, o trabalho escravo, os pequenos imigrantes passavam 11 horas frente às máquinas de tecelagem, tendo apenas vinte minutos de "descanso".

Como se vê, a pobreza e a falta de escolarização da criança brasileira, ao longo de sua história, tornam as teses européias absolutamente inadequadas ante às realidades de uma sociedade em que,

como explica "uma menina de rua": "sonhos não enchem a barriga"! A estratificação da sociedade, velha divisão dos tempos da escravidão, entre aqueles que muito possuem e os que nada tem só fez agravar a situação dos nossos pequenos.

Outra característica desse trabalho é que diferentemente da história da criança feita no estrangeiro, a nossa não se distingue daquela dos adultos. Ela é feita, pelo contrário, à sua sombra. No Brasil, foi entre pais, mestres, senhores e patrões, que pequenos corpos tanto dobraram-se à violência, às humilhações, à força quanto foram amparados pela ternura dos sentimentos familiares mais afetuosos. Instituições como as escolas, a Igreja, os asilos e recentemente unidades da Febem e Funabem, a legislação ou o próprio sistema econômico fizeram com que milhares de crianças se transformassem, precocemente, em gente grande. Mas não só. Foi a voz dos adultos que registrou, ou calou, sobre a existência dos pequenos, possibilitando ao historiador escutar esse passado utilizando seus registros e entonações: seja por meio das cartas jesuíticas relatando o esforço de catequese e normatização de crianças indígenas ou a correspondência das autoridades coloniais sobre a vida nas ruas, pano de fundo para as crianças mulatas e escravas. Seja por meio das narrativas dos viajantes estrangeiros, os textos de sanitaristas e de educadores, os códigos de menores, os jornais anarquistas, os censos do IBGE etc.

O que restou da voz dos pequenos? O desenho das fardas com que lutaram contra o inimigo, carregando pólvora para as canhoneiras brasileiras na Guerra do Paraguai; as fotografias tiradas quando da passagem de um "photographo" pelas extensas fazendas de café; o registro de suas brincadeiras, severamente punidas, entre as máquinas de tecelagem; as fugas da Febem. Não há, contudo, dúvida de que foi, muitas vezes, o "não registrado" mal-estar das crianças ante aos adultos que obrigou os últimos a repensar suas relações de responsabilidade para com a infância, dando origem a uma nova consciência sobre os pequenos, que se não é, hoje, generalizada, já mobiliza grandes parcelas da população brasileira.

Nossa tarefa nesse livro é, então, a de resgatar a história da criança brasileira não apenas enfrentando um passado e um presente cheio de tragédias anônimas, como a venda de crianças escravas, a sobrevida nas instituições, as violências sexuais, a exploração de sua mão-de-obra, mas tentando também perceber, para além do lado escuro, a história da criança simplesmente criança, as formas de sua

existência cotidiana, as mutações de seus vínculos sociais e afetivos, a sua aprendizagem da vida por meio de uma história que, no mais das vezes, não nos é contada diretamente por ela.

Resgatar esse passado significa, primeiramente, dar voz aos documentos históricos, perquirindo-os nas suas menores marcas, exumando-os nas suas informações mais concretas ou mais modestas, iluminando as lembranças mais apagadas. É pela voz de médicos, professores, padres, educadores, legisladores que obtemos informações sobre a infância no passado; essa fala obriga, contudo, o historiador a uma crítica e a uma interpretação de como o adulto retrata o estereótipo da criança ideal, aquela saudável, obediente, sem vícios, a criança que é uma promessa de virtudes. Mas face a essas vezes adultas é preciso considerar algumas questões: será que em uma sociedade historicamente pobre e vincada tanto pela mestiçagem quanto pela mobilidade social, é possível construir tal modelo de criança? Médicos e legisladores do início do século acreditavam que sim. Eis porque acabaram por criar, a fim de transformá-la, instituições de confinamento onde em vez de encontrar mecanismos de integração, a criança "não ideal" achou os estigmas definitivos de sua exclusão. Ela passou de "menor da rua" para "menor de rua" com todas as conseqüências nefastas implicadas nesse rótulo. Se no passado esse sinal de Caim significou sofrimentos de todos os tipos de perseguição policial, elas reagem, hoje, pela afirmação cada vez maior da sua exclusão.

Outro problema para o estudioso da criança brasileira: para cruzar com tais representações teríamos restos do que foi a infância no passado? Será que o clima dos trópicos deixou sobreviver os restos materiais destas pequenas vidas, tais como berços, brinquedos, roupas, ou essas ausências apenas confirmam o quão fugaz é a passagem entre o tempo da infância e aquele do mundo adulto? Diferentemente de europeus ou americanos cujas culturas produziram, desde as épocas mais remotas, imagens, objetos e representações que nos contam sobre a infância, no Brasil temos que estar alertas a outro tipo de fonte para responder a essas questões. São, todavia, sensíveis memorialistas como Pedro Nava, capazes de fazer reviver em seus textos, as cores, sons e cheiros do passado, que sugerem ao historiador um programa de pesquisas capaz de orientá-lo na busca do que tenha sido, para muitas crianças anônimas, ser simplesmente criança num país marcado por diferenças regionais e diferenças de condição social,

O não foi
instit
ajudar
crian
tipo: id

mas vincado, igualmente, por uma identidade dada pela pobreza material que atingia ricos e pobres, escravos e livres. Ouçamos o que ele nos diz:

O fumo e a bosta de cavalo postos na ferida umbilical foram os mesmos para todos; os que escaparam e os que morreram do mal de sete dias. A boneca de pano velho e marmelada foi chupada por todos os meninos de Minas. Conhecidos ou não (...) íntimos ou sem costume, uns com os outros — somos queijo do mesmo leite, milho da mesma espiga, fubá da mesma saca. Todos usamos o mesmo catagatório pênsl sobre o chiqueiro onde os porcos roncam (...) Os mesmos oratórios de três faces com o calvário encima e o presépio em baixo. Os mesmos registros de santos enchendo as paredes para impedir os mesmos demônios e os mesmos avantesmas das noites de Minas. (...) Eram amigos como irmãos...

Assim, os cuidados com o corpo, a alimentação, o brinquedo, as formas de religiosidade, os laços familiares se constituem em grandes linhas de pesquisa que atravessariam, de um lado a outro, a sociedade brasileira, guardadas, certamente, as proporções e as especificidades dos diferentes grupos sociais e regionais. Por meio de temas presentes na memória e na recordação, associados à coleta de documentos capazes de nos aproximar da vida da criança no passado, podemos tentar reconstituir o seu cotidiano. Da técnica de predigestão de alimentos, embebidos na saliva dos adultos, à tradição da culinária africana, do pirão de leite com farinha seca e açúcar bruto; das brincadeiras no quintal e na vizinhança, à chupar fruta no pé; do simbolismo dos ritos de batismo, primeiro entre escravos e livres, aos atuais "ungimentos" ou batismos em casa também de outros simbolismos, aqueles em torno dos enterros: os nas biqueiras da casa, para criança pagã ou o cortejo dos anjos carregando pequenos caixões ataviados de papel prateado até as fotografias dos mortos nos colos de suas mães; dos banhos de rio, em Recife, aos banhos de mar, no Rio de Janeiro; de um mundo entrelaçado ao dos adultos e aos familiares, onde desfilavam os rostos dos avós, de tios e primos, de vizinhos e em que levar e trazer recados, bem como a conversa eram nas recordações de um memorialista, "imprescindíveis como a água, a farinha e o amor".

Para fazer a história das crianças, ouvimos vários historiadores, sociólogos e outros especialistas sensíveis ao crescimento da consciência que vem aflorando sobre sua situação, especialistas atentos, sobretudo, ao legado do passado na situação atual. É fascinante per-

ceber como trabalhos produzidos em áreas diversas e a partir de documentação específica iluminam-se mutuamente. As crianças negras do agro-fluminense, da época fluminense, transmutaram-se nos "pivettes" da Belle Époque e hoje, nos meninos de rua. Os grumetes que cruzaram o Atlântico nas primeiras navegações tornaram-se os jovens marinheiros da Guerra do Paraguai. Instituições de confinamento como os institutos agrícolas teriam seu embrião nas escolas jesuíticas. Ritos de recepção, como o batismo ou de perda, como a morte, teriam atravessado incólumes, com a sua força simbólica, quase quinhentos anos de história.

Esse livro é, assim, o resultado de um cruzamento de olhares sobre o tema abrangente da infância na história. Do Norte ao Sudeste do país, pesquisadores e professores emprestaram seus conhecimentos para dar voz a uma das milhares de anônimas crianças brasileiras. Suas histórias e histórias foram tratadas em várias chaves teóricas e metodológicas. Seus percursos foram reconstituídos por cientistas que acreditam que é preciso extraí-las do anonimato e do silêncio em que se encontram, pois são, elas também, sujeitos históricos. Das ribeiras do Amazonas às serras pedregosas de Minas Gerais, graças a uma diversidade infinda de documentos e registros, seus pequenos gestos de alegria e dor, ansiedades e preocupações, brincadeiras e temores foram cartografados. Não são poucos os historiadores, sociólogos e antropólogos que colocam sua sensibilidade e talento a serviço desses que são dos mais frágeis seres humanos. Nessa perspectiva, o Brasil encontra-se com seus parceiros internacionais na busca de respostas e de projetos que possam garantir à população infantil, um lugar definitivo ao sol. Coube à editora Contexto aceitar esse desafio, desafio que tomou a peito com a coragem e a qualidade que caracterizam suas publicações.

Por fim, parece-nos evidente que querer conhecer mais sobre a trajetória histórica dos comportamentos, das formas de ser e de pensar em relação às nossas crianças, é também uma forma de amá-las, todas e indistintamente melhor.

Mary Del Priore